

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO REPUDIA A SUBSTITUIÇÃO DE LIVROS FÍSICOS POR DIGITAIS EM ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO

O Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo vem a público repudiar a medida anunciada pela Secretaria de Educação do governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de não aderir ao material didático e pedagógico do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) do Ministério da Educação, para os alunos de ensinos Fundamental e Médio da rede estadual a partir de 2024. No lugar, será usado material próprio e digital.

O PNLD é um exemplo mundial. É por meio do livro didático que os professores pautam os projetos pedagógicos das escolas. O material didático é o que inspira a implementação do currículo das redes nas escolas. Por meio do PNLD, as redes municipais e estaduais no país escolhem os livros que estão no catálogo e recebem os materiais gratuitamente do governo federal.

Ao abrir mão do recebimento de cerca de 10 milhões de exemplares de livros didáticos físicos a partir do próximo ano, o governo de São Paulo parece desconsiderar o direito constitucional dos estudantes de escolas públicas estaduais. A educação estadual deve estar alinhada ao Plano Nacional de Educação e não ser objeto da visão unilateral de um ente federativo.

O PNLD, coordenado pelo MEC, é a base constitucional do acesso ao direito a uma educação nacional de qualidade. Cada governo estadual pode acrescentar mais itens a esta base, não se desvincular, porque corre-se o risco de uma ruptura constitucional federativa, na medida em que são destes livros didáticos que são extraídas as bases para avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para acessar a universidade.

O anúncio, em 1º de agosto, foi recebido como um ataque de morte à autonomia e pluralidade no desenvolvimento da educação estadual de São Paulo. Rechaçado por especialistas, pesquisadores, educadores, sindicalistas e movimentos sociais.

A proposta do governo Tarcísio prevê material digital

com suporte físico nas séries iniciais de ensino e, entre 6º e 9º ano do ensino fundamental, e ensino médio, 100% digital.

A pasta, como afirmou o próprio secretário executivo da Educação, Vinícius Neiva, pretende “uniformizar” e dar “coerência pedagógica” às 5,3 mil escolas estaduais.

A proposta retira de professores(as) a autonomia de escolha de livros no catálogo do PNLD. É o estado de São Paulo abrindo mão de um recurso público enorme, desvalorizando a capacidade de educadores(as) e enterrando a possibilidade de trabalhar a diversidade, essencial ao processo ensino-aprendizagem. Em outras palavras, a imposição do pensamento único a professores(as) e estudantes da rede estadual de ensino, contrariando o que garante a Constituição Federal.

De outra parte, a pandemia revelou a ineficácia do uso exclusivo de tecnologia digital no aprendizado. Ter celular não significa garantia de instrumento adequado de estudo para acessar plataformas. Muitos estudantes possuem aparelhos mais modernos, no entanto com plano pré-pago de internet ou com sinal ruim de rede. A maioria das escolas públicas tem problemas no uso simultâneo da rede de internet, que é falha.

É preciso considerar as diferentes realidades de escolas paulistas e dos(as) estudantes. Nem todo pai, mãe ou responsável é incluído digital para auxiliar seus filhos nos estudos. Muitos estudantes têm como responsável os avós, pais e mães analfabetos que não tiveram a possibilidade de estudar. Sem contar que a proposta sobrecarrega àqueles que trabalham o dia todo, dentro ou fora de casa, e serão submetidos nesse auxílio. Qual o tempo que esses adultos dispõem para parar e ajudar seus filhos diante de um computador ou de um celular?

A aprendizagem também não pode acontecer num ambiente inseguro. E essa decisão do governo paulista abre as portas para que nossas crianças e jovens sejam vítimas de crimes cibernéticos. Fiquem expostas ao risco de pedofilia,

estupro, sequestro, extorsão e redes que incitam a violência; crimes cada vez mais incidentes em nossos dias.

Se hoje estamos focados em combater esses tipos de crimes nas escolas, pacificar as escolas, levar pra dentro delas uma cultura de paz, antirracista, anti-homofóbica e anti-machista, como acompanharemos essas crianças e jovens que não têm o acompanhamento dos adultos, em razão das limitações impostas para assegurar a sobrevivência?

O investimento público deve ser direcionado à estruturação das escolas, materiais, laboratórios, qualificação da ambiência, professores(as) e trabalhadores(as) para um melhor aprendizado, considerando sempre a diversidade regional. Os livros digitais irão contemplar as diversas modalidades de ensino, diferenças regionais e culturais da educação no campo, de quilombolas, indígenas, da Educação de Jovens e Adultos, daqueles que estão no sistema prisional?

A decisão, além de ser unilateral, já que não foi submetida à consulta pública da comunidade escolar e tampouco do Conselho Estadual de Educação, aponta para a “uniformização” de livros digitais igualmente em todas escolas do estado de São Paulo, negligenciando a diversidade das realidades. Uma proposta sustentada no Programa Escola Sem Partido -- já rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal --, que visa o avanço da agenda conservadora na Educação e, por óbvio, na política da Secretaria de Educação que o governo Tarcísio de Freitas busca emplacar aqui em São Paulo. Uma escola, onde professores estariam sendo vigiados por diretores e coordenadores pedagógicos. É a lei da mordação.

O estado de São Paulo, além de ser submetido a afrontar direitos constitucionais, está sendo colocado na contramão da história da educação brasileira e de experiências internacionais de desenvolvimento, como a Suécia, que após 15 anos da substituição de livros físicos por digitais nas escolas está fazendo o caminho de volta, com a reinserção de material físico, devido à redução da leitura causada pela mudança na educação daquele país.

Há também uma preocupação com a saúde física e mental das crianças e jovens. Na China, o governo publicou no início de agosto uma regulamentação sobre o uso de celulares por crianças e adolescentes menores de 18 anos. O objetivo é reduzir o vício em internet no país, para evitar prejuízos à saúde de quem fica exposto à tela.

A tecnologia pode ser tornar uma vilã do aprendizado. Quem alerta é a Organização das Nações Unidas para a Edu-

cação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ao defender que celulares devem ser banidos das escolas.

O uso excessivo de celulares por crianças, de acordo com estudo da Unesco, está associado a um pior desempenho acadêmico e maior instabilidade emocional. Embora a agência da ONU reconheça a importância do uso de tecnologias na educação, enfatiza que esta não substitui a interação humana. No Peru, por exemplo, mais de um milhão de laptops foram distribuídos sem qualquer impacto na aprendizagem.

O secretário executivo de Educação, Neiva, disse que irão colocar “mais computadores, mais equipamentos nas escolas, para que possam usar dentro da escola”. Informou também: “estamos doando aparelhos para os mais necessitados”. O governo justifica ainda que se houver demanda por material impresso, as escolas podem imprimir os conteúdos digitais, mas qual o custo desse impacto ambiental? Será gasto mais papel, tinta, derrubadas de árvores, mais desmatamento, quando o planeta debate maneiras de reduzir emissões de carbono? E quando já temos livros físicos disponíveis e ofertados às escolas públicas no catálogo do Ministério da Educação?

Há uma forte contradição na proposta e um questionamento: a que interesses serve tal decisão?

Cabe também lembrar que Vinícius Neiva é auxiliar do secretário de Educação de São Paulo, Renato Feder, que esteve secretário de Educação no Paraná, foi aspirante a ministro da Educação de Jair Bolsonaro (PL), e é dono da Multilaser. Empresa que tem entre outros produtos uma linha completa de equipamentos para informática.

Com olhar empresarial, o secretário de Educação de São Paulo Renato Feder fornece material para muitas redes públicas de ensino do país e conhecido por intervenções públicas contrárias ao papel do Estado no gerenciamento de escolas.

Então, fica a pergunta: o governo Tarcísio, assim como o do correligionário Ratinho Jr. (PSD), estão servindo a quais interesses? Da Educação Pública certamente não é. Portanto, reforçamos o protesto de estudantes e trabalhadores(as) e a cobrança da sociedade paulistana, junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Educação e Supremo Tribunal de Justiça, para que investiguem com rigor essa medida antidemocrática, que desrespeita a Constituição Federal e reduz a riqueza do processo ensino-aprendizagem.